

TR BLOCK SECURITIZADORA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
TR BLOCK SECURITIZADORA S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **TR Block Securitizadora S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TR Block Securitizadora S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1.000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1.000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 30 de abril de 2025.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 0018.835/O-7-T-SP



VICTOR KINAS DIPPE
Contador CRC (SC) nº 042.319/O

Martinelli
AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

TR BLOCK SECURITIZADORA S.A.**Balço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro****(Em Reais)**

Ativo	Nota	2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.324	Fornecedores	5	22.195
Tributos a recuperar		1.809	Obrigações tributárias		1.226
Total do Ativo Circulante		44.133	Total do Passivo Circulante		23.421
			Não Circulante		
			Partes relacionadas	6	250
			Total do Passivo Não Circulante		250
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	8	200.000
			Prejuízos acumulados		(179.538)
			Total do Patrimônio Líquido		20.462
Total do Ativo		44.133	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		44.133

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TR BLOCK SECURITIZADORA S.A.**Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31 de dezembro****(Em Reais)**

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	9	<u>(187.784)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(187.784)</u>
Receitas financeiras	10	8.972
Despesas financeiras	10	<u>(726)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(179.538)</u>
Ações no exercício		200.000
Prejuízo por ação		(0,90)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TR BLOCK SECURITIZADORA S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente encerrado em 31 de dezembro

(Em Reais)

	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	<u><u>(179.538)</u></u>
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total	<u><u>(179.538)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TR BLOCK SECURITIZADORA S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido encerrado em 31 de dezembro

(Em Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Constituição em 01 de março de 2024	200.000	-	200.000
Prejuízo do exercício	-	(179.538)	(179.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	200.000	(179.538)	20.462

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TR BLOCK SECURITIZADORA S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa encerrado em 31 de dezembro****Método Indireto****(Em Reais)**

	<u>2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício ajustado	<u><u>(179.538)</u></u>
Variações de ativos e passivos	
Tributos a recuperar	(1.809)
Fornecedores	22.195
Obrigações tributárias	1.226
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u><u>(157.926)</u></u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	200.000
Partes relacionadas	250
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u><u>200.250</u></u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>42.324</u></u>
Saldos de caixa e equivalentes	
No início do exercício	-
No final do exercício	42.324

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TR BLOCK SECURITIZADORA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Em Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A **TR BLOCK SECURITIZADORA S.A.** (Companhia) foi constituída em 01 de março de 2024 sob a estrutura de sociedade anônima de capital fechado, está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 54.414.102/0001-82 e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresa nº 35300634551 e encontra-se sediada à Avenida Paulista, nº 726, 13º andar, conjunto 1.303 – Bela Vista – São Paulo – SP. CEP.: 01310-100.

A Companhia tem por objeto social:

- (i) Realização de operações de securitização mediante a aquisição de direitos creditórios para lastrear a emissão de certificados de recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários perante investidores, cujo pagamento é primariamente condicionado ao recebimento de recursos dos direitos creditórios e dos demais bens, direitos e garantias que o lastreiam, nos termos da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme em vigor;
- (ii) A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável;
- (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas;
- (iv) A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos;
- (v) Prestação de serviço de desenvolvimento de plataforma eletrônica de investimento participativo (*crowdfunding*);
- (vi) Distribuição de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão de sociedades empresariais de pequeno porte, nos termos da Resolução CVM nº 88.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo o Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas NBC TG 1.000 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/2009.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 30 de abril de 2025.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

(a) Caixa e equivalentes de caixa; e,

(b) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e as obrigações decorrentes dos direitos creditórios e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

Gerenciamento dos Instrumentos Financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

b) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Tais obrigações são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

c) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Risco de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a eventuais empréstimos e financiamentos captados no mercado.

• Risco de crédito

As políticas de vendas consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação da carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de crédito.

• Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia monitora continuamente o fluxo de recebimentos e pagamentos, identificando a necessidade de caixa ou busca obter do mercado financiamento ou tenta readequar o prazo do pagamento, quando possível.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

3.6 *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.7 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.9 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.10 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda, obtida e mensurada em conjunto com a assessoria jurídica da Companhia.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024
Bancos conta movimento	11.003
Aplicações financeiras - Renda Fixa (a)	31.321
	42.324

- (a) Aplicações financeiras efetuadas pela Companhia em títulos de renda fixa remuneradas pela variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

NOTA 5 – FORNECEDORES

	2024
Fornecedores nacionais	22.195
	22.195

	2024
A vencer até 30 dias	22.195
	22.195

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS

	2024
Liqi Digital Assets S.A.	250
	250

NOTA 7 – CONTINGÊNCIAS

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

A Companhia não possui contingências cuja possibilidade de perda foi avaliada como risco provável. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Adicionalmente não há passivos contingentes, cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos.

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

A Companhia iniciou suas operações em 01 de março de 2024, na ocasião houve a integralização de seu capital pelos acionistas conforme a seguir:

	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Participação</u>
Liqi Digital Assets S.A.	199.999	199.999	99,99%
Daniel Coquieri	1	1	0,01%
	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>	<u>100%</u>

Desta forma, o capital social da Companhia é de R\$ 200.000 (duzentos mil reais), representado por 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

NOTA 9 – DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2024</u>
Serviços de terceiros	(166.510)
Softwares	(8.161)
Taxa de fiscalização de estabelecimento (TFE)	(3.985)
Demais custos e despesas operacionais	(9.128)
	<u>(187.784)</u>
Classificadas como:	<u>2024</u>
Despesas gerais e administrativas	(187.784)
	<u>(187.784)</u>

NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO

	2024
Rendimentos de aplicações financeiras	8.972
Receitas financeiras	8.972
Despesas bancárias	(695)
Demais despesas financeiras	(31)
Despesas financeiras	(726)
Resultado financeiro líquido	8.246

NOTA 11 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 12 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de fevereiro de 2025 a Companhia foi habilitada no segmento S2 securitizadora, realizando 8 emissões através da plataforma eletrônica crowdfunding em aderência à resolução CVM 88.